



**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: inflexões e reatualizações frente ao recrudescimento das políticas sociais na era ultraneoliberal**

**SOCIAL ASSISTANCE POLICY IN CONTEMPORARY TIME: inflections and updates in face of the recrudescence of social policies in the ultraneoliberal era**

**LA POLÍTICA DE ASISTENCIA SOCIAL EN LA ÉPOCA CONTEMPORÁNEA: inflexiones y reactualizaciones ante el auge de las políticas sociales en la era ultraliberal**

 Ana Beatriz Fragoso Soares<sup>1</sup>

 Flávio José Souza Silva<sup>2</sup>

1. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: [ana.fragoso@aluno.uepb.edu.br](mailto:ana.fragoso@aluno.uepb.edu.br)
2. Graduação em Serviço Social. Doutorando em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social vinculado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS-ESS-UFRJ). E-mail: [flavio12jose@hotmail.com](mailto:flavio12jose@hotmail.com)

**ABSTRACT:** The article examines the impact of societal conservatism on social assistance policy in Brazil, analyzing its historical, social and cultural evolution. It starts from the formation of capitalism in the country, marked by conservative modernization and the coexistence of archaic practices with modern structures, influenced by Brazil's peripheral and dependent context in relation to the central economies. Based on practical experiences at CREAS and the Social Work course at UEPB, the study seeks to critically understand the process of formation and the inflections of Social Assistance as a protection policy. Its objectives include analyzing the ideocultural impacts of conservatism and neoliberalism, as well as identifying possibilities for resisting and strengthening the policy. The article is structured in three main sections: the historical genesis of Social Assistance in Brazil, its consolidation as a security policy and the contemporary setbacks caused by conservatism and neoliberalism, culminating in a reflection on the prospects for social justice.

**Keywords:** Capitalism; Conservatism; Social Assistance Policy..

**RESUMO:** O artigo examina o impacto do conservadorismo societal na política de Assistência Social no Brasil, analisando sua evolução histórica, social e cultural. Parte-se da formação do capitalismo no país, marcada pela modernização conservadora e pela coexistência de práticas arcaicas com estruturas modernas, influenciadas pelo contexto periférico e dependente do Brasil em relação às economias centrais. Com base em experiências práticas no CREAS e no curso de Serviço Social da UEPB, o estudo busca compreender criticamente o processo de formação e as inflexões da Assistência Social como política de proteção. Entre os objetivos estão a análise dos impactos ideoculturais do conservadorismo e do neoliberalismo, bem como a identificação de possibilidades de resistência e fortalecimento da política. O artigo estrutura-se em três seções principais: a gênese histórica da Assistência Social no Brasil, sua consolidação como política de seguridade e os retrocessos contemporâneos provocados pelo conservadorismo e pelo neoliberalismo, culminando em uma reflexão sobre as perspectivas para a justiça social.

**Palavras-chave:** Capitalismo; Conservadorismo; Política de Assistência Social.

**RESUMEN:** El artículo examina el impacto del conservadurismo societal en la política de asistencia social en Brasil, analizando su evolución histórica, social y cultural. Parte de la formación del capitalismo en el país, marcada por la modernización conservadora y la coexistencia de prácticas arcaicas con estructuras modernas, influenciadas por el contexto periférico y dependiente de Brasil en relación a las economías centrales. A partir de experiencias prácticas en el CREAS y en el curso de Trabajo Social de la UEPB, el estudio busca comprender críticamente el proceso de formación y las inflexiones de la Asistencia Social como política de protección. Sus objetivos incluyen el análisis de los impactos ideoculturales del conservadurismo y del neoliberalismo, así como la identificación de posibilidades de resistencia y fortalecimiento de la política. El artículo se estructura en tres grandes apartados: la génesis histórica de la Asistencia Social en Brasil, su consolidación como política de seguridad y los retrocesos contemporáneos provocados por el conservadurismo y el neoliberalismo, para culminar con una reflexión sobre las perspectivas de justicia social.

**Palabras-clave:** Capitalismo; Conservadurismo; Política de Asistencia Social.

Recebido em: 04/12/2024

Aprovado em: 26/12/2024



Todo o conteúdo deste periódico está licenciado com uma licença Creative Commons (CC BY-NC-ND 4.0 Internacional), exceto onde está indicado o contrário.

## Introdução

O artigo ora apresentado em tela aborda o agravamento do conservadorismo societal e como este afeta diretamente a materialização da Política de Assistência Social no Brasil, tendo como fundamento a formação social, histórica, política e cultural da nossa particularidade, expressando na contemporaneidade inflexões importantes que negam a perspectiva do direito. Destarte, iremos apreender a formação do capitalismo na realidade brasileira, buscando captar o movimento de construção e constituição da Política de Assistência Social, a partir do seu marco legal, a Constituição Federal de 1988 (CF) e da sua consolidação enquanto Política Pública (efetivado através da Lei 8.742/93, da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004 e da NOB/SUAS de 2005). Esse movimento é importante para que possamos apreender o solo histórico em que se gesta essa Política Social e as repercussões à manutenção da cultura do clientelismo, do patrimonialismo, do favoritismo dentre outras, como expressões que fundamentam o capitalismo em nossa particularidade, as quais são reverberadas no contexto de agravamento da crise capitalista em curso, que demandam uma intensa investida conservadora.

A Política de Assistência social faz parte da CF/88, mas na contemporaneidade, ela tem sido redirecionada ao reforço da lógica do clientelismo, ao código domesticador do favor e a naturalização das relações hierárquicas enquanto estratégias normativas para a manutenção da pobreza (Koga, 2006). E para isso, a influência do ideário neoliberal é uma questão chave para a discussão dos impactos causados pelo conservadorismo na Política de Assistência Social (PAS), pois, decorrente a ele, mantêm-se as tendências do fundamentalismo religioso, as práticas benemerentes e das ações de caridade atreladas ao surgimento das primeiras práticas assistenciais no Brasil. Como também retorna à formação do capitalismo brasileiro instituído como uma modernização conservadora, o qual afiança a construção sócio-histórica, política cultural das políticas sociais engendradas ao pacto econômico dependente e combinado dos países periféricos aos países imperialistas.

Com isto, é primordial compreender a construção sócio-histórica em que se gestam essas políticas sociais, nesse estudo, a Política de Assistência Social, na particularidade brasileira e que está em sintonia com a universalidade do sistema de produção capitalista. A emergência da sociedade do capital e da dinâmica de classes, assim como o padrão de acumulação nos países centrais, a partir do século XIII, que materializam o capitalismo como sistema societário que determinam as relações sociais da época e as transformações societárias dessas divisões geográficas. Em particular, no Brasil, o capitalismo tem como marco inicial o fim do regime escravocrata (1888), logo depois, a Proclamação da República (1889) e, nas primeiras décadas do século XX, instalam-se as primeiras indústrias no Brasil. Assim, podemos afirmar que o Brasil não vivenciou a tradicional Revolução Burguesa, como fora vivenciado pelos países de capitalismo cêntrico (Behring; Boschetti, 2011). A partir dessa determinação, temos um processo de desenvolvimento do capitalismo que culmina na junção de velho e do arcaico, constituindo a nossa sociedade brasileira, que não eliminou as relações pré-capitalistas, mas as complexificou na formação e na constituição do capitalismo em nossa realidade, caracterizada enquanto uma modernização conservadora (Fernandes, 1975).

Para melhor entender o cenário estrutural brasileiro enquanto formação sócio-histórica envolvida por diversas características, no livro *Questão Social: particularidades no Brasil* (2010), Josiane Santos destaca três principais particularidades da formação social do Brasil Moderno, na intenção de compreender

como essa conjuntura se caracteriza. A primeira delas é o caráter conservador da modernização capitalista, ou seja, o sistema avança em moldes produtivos e técnicos, buscando repor o lucro em diferentes patamares, entretanto, o avanço não acompanha o atraso posto na realidade da sociedade brasileira, legitimando um país em desenvolvimento caracterizado por um capitalismo dependente e periférico. Em seguida, Santos (2010) pontua a revolução passiva como uma característica da formação nacional, a qual se desdobra sobre a falsa democratização dos processos de decisão política do Brasil, enfatizando a pouca ou nenhuma participação da população e das massas nesses processos, revalidando o interesse burguês pela exclusão e acentuamento das expressões sociais como suporte de manutenção do sistema capitalista. A última particularidade se caracteriza pela atuação específica do Estado pela via do capital, onde o Estado exonerasse de suas responsabilidades sociais com o mínimo investimento e interesse por políticas sociais, dessa forma, desestruturando, restringindo e reprimindo os interesses da classe trabalhadora.

É a partir da lógica contraditória e desigual do modo de produção capitalista que as Políticas Sociais são pensadas, como forma de intervir nas expressões da questão social<sup>1</sup>. Assim, como, combinadas ao processo de constituição do capitalismo no país e abarcando as particularidades da formação sócio-histórica dos países de economia periférica da América Latina, constituem-se de forma particular, mas em sintonia com a universalidade do modo de produção capitalista. Dentro do próprio sistema é gerado uma configuração particular que envolve o país e o situa na sua realidade objetiva, diferenciando e caracterizando-o. No Brasil, essas particularidades da formação sócio-histórica referentes aos traços frente ao trabalho e as conquistas dos direitos civis, políticos e sociais devem ser levados em consideração a modo de entender a construção da Assistência Social como política de proteção social no país.

Na contemporaneidade, temos vivenciado as reverberações da agudização da crise capitalista em curso, que desde a década de 1970, do século passado, tem afirmado o poder autodestrutivo desse modelo de produção. Como sabemos, as crises do modelo de produção capitalista são fenômenos constitutivos desse modo de produzir e reproduzir, causadas quando este não consegue manter a sua taxa de lucro em patamares elevados, tendo em vista várias questões<sup>2</sup>, induzindo esse modelo de produção à crise. No entanto, essa crise, gestada no ambiente econômico, transita para esfera da cultura, da ideologia e da política, externando-se enquanto uma crise estrutural do modelo de produção capitalista. Demandando, assim, um novo processo reestruturador que buscará socorrer o capitalismo de sua própria crise, a fim de reverter a queda da taxa de lucro (Behring; Boschetti, 2011; Mota, 2021; Silva, 2023).

Assim, o ideário neoliberal propõe que o Estado continue forte, a fim de combater as instituições da classe trabalhadora, mas que ele seja desinteressado com aquilo que ele chama de “gastos sociais”, formulando e desconstruindo políticas públicas universais, a fim de destruir completamente o legado que fora vivenciado pelas políticas do *welfare state*. Neste sentido, a ofensiva do ideário neoliberal se dá em todas as conquistas da classe trabalhadora, na busca de novas formas de apropriação do valor, que estejam em sintonia com as atuais características de expansão desse modelo social (Mota, 2021). Todavia, as reverberações desse contexto chegam às políticas sociais, em nossa realidade, tendo em vista a chegada

---

<sup>1</sup> [...] conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2003, p. 27).

<sup>2</sup> Cf. BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 7ªed. São Paulo: Cortez, 2011. **Cap. 7** (Biblioteca Básica do Serviço Social).

desse ideário na década de 1990, sobretudo, o seu agravamento a partir do golpe de estado em 2016, recrudescendo as políticas sociais, em nossa realidade.

O interesse em pesquisar este tema surge da experiência no Estágio Obrigatório em Serviço Social, do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), durante o ano de 2022 e 2023, no Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), onde vivenciamos a materialidade dessas tendências e nos demandou a necessidade à apreensão crítica desses processos. Somado ao interesse em pesquisar a política de Assistência Social, o cumprimento da Disciplina Eletiva de Tópicos Especiais em Assistência Social corroborou no processo de pesquisa a fim de elucidar o senso comum que paira sobre a Política de Assistência Social da benemerência, da filantropia e do fundamentalismo religioso e moral, anulando o fato de que essa deve obedecer e seguir uma estrutura de Política Pública que é dever do Estado, buscando formas de fortalecê-la, de materializá-la e de financiá-la na realidade objetiva da sociedade. Abarcando o traço de universalidade e democratização no acesso à Política, com o intuito de diminuir as expressões da Questão Social causadas pelo capitalismo, buscando no fim, a justiça social para todos, sem distinção de classe, gênero, raça ou etnia.

A partir dessas experiências, a presente pesquisa teve como objetivos: objetivo geral apreender as inflexões à política de Assistência Social na contemporaneidade; e como objetivos específicos, analisar a contra reforma nas políticas sociais, particularizando a política de Assistência Social, na realidade brasileira; apreender os impactos ideoculturais do conservadorismo sobre a política de Assistência Social; e discutir as possibilidades de resistência a este ideário na contemporaneidade.

Para alcançarmos os objetivos propostos, realizamos uma pesquisa exploratória, que de acordo com Deslandes (1994), se caracteriza por ser o processo de investigação inicial e de construção da trajetória da pesquisa com os objetivos de definir o objeto de análise, construir o marco teórico conceitual a ser empregado, definir os instrumentos de coleta de dados, como também escolher o espaço e o grupo de pesquisa. E bibliográfica que, para Pizzani et al. (2012, p. 54), caracteriza esse tipo de pesquisa como sendo “[...] a revisão de literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico” e o levantamento bibliográfico pode ser realizado “[...] em livros, periódicos, artigo de jornais, sites da Internet entre outras fontes”. Dessa forma, buscando inserir o nosso objetivo na totalidade dos fenômenos sociais, para uma apreensão crítica e qualificada da realidade social.

O artigo que ora apresentamos está estruturado da seguinte forma: na primeira seção buscamos situar sócio historicamente o surgimento da Política de Assistência Social na realidade brasileira; na segunda seção a construção da Assistência Social como política de Seguridade Social e seus principais marcos; e na terceira seção as inflexões do ideário neoliberal, no reforçamento do conservadorismo societal e do fundamentalismo religioso, além dos retrocessos à política de Assistência Social, negando a sua propositura inicial; e, por fim, apresentaremos as nossas conclusões.

## **O SOLO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: breves apontamentos**

A partir de então iremos nos orientar teoricamente em torno da apreensão da construção sócio-histórica da Política Social e, em particular, da Política de Assistência Social, como sendo um produto direto da produção e da reprodução do sistema capitalista no Brasil. Apreendendo o solo histórico que a Política Social é gestada, pode-se compreender o posicionamento do Estado pós-revolução burguesa como sendo marcado por um caráter antidemocrático (Fernandes, 1975). A partir desse fundamento, as decisões

políticas e econômicas são tomadas de forma vertical, ou seja, “de cima para baixo”, e é na transição do capitalismo concorrencial para o monopolista, no Brasil, que essa maturação ocorre, ainda assim de forma distinta ao modelo universal da democracia burguesa (Silva, 2023). O qual ocasiona a formação de uma democracia restrita às classes dominantes e excludente à classe trabalhadora, fazendo com que o Estado se ponha à mercê de seus interesses em detrimento das necessidades da população. Assim, “[...] O Brasil transita da democracia dos oligarcas à democracia do grande capital, com clara dissociação entre o desenvolvimento capitalista e o regime político democrático” (Silva, 2023, p. 10).

Logo, temos os resultados desse processo em solo nacional: o aprofundamento e a manutenção da dependência às nações imperialistas, sem essa separação da herança colonial na estruturação agrária brasileira. Disso, mantém-se a subordinação da economia nacional à produção do agronegócio (visto até os dias de hoje), que somado a isso é perpassado de maneira muito simplória a manutenção das relações de poder que já existiam no Brasil escravista com nomenclaturas diferentes para o sistema burguês atual, sendo estas “[...] redimensionadas e incorporadas à expansão capitalista” (Silva, 2023, p. 10). Provocando a dicotomia das classes sociais e a geração da população alvo das políticas sociais a partir desse redimensionamento e de uma falsa “libertação” da escravatura provocada por um Estado defensor dos interesses da classe dominante e claramente oposto ao gerenciamento de políticas públicas dignas para estruturar essa população recém liberta que não possuía nenhum meio para garantir sua manutenção econômica, a não ser sua própria força de trabalho. Em síntese, afirma (SILVA, 2023, p. 10-11),

[...] na particularidade brasileira, a expansão monopolista desenvolve-se sobre dois eixos: o da dominação imperialista e da desigualdade interna no desenvolvimento da sociedade nacional. Aprofundando, portanto, as disparidades econômicas, sociais e regionais, na medida em que favorece a concentração social, regional, e racial de renda, prestígio e de poder. Engendrando uma forma típica de dominação política, de cunho contrarrevolucionário, em que o Estado assume um papel decisivo não só na unificação dos interesses das frações e classes burguesas, como na imposição e na irradiação de seus interesses, valores e ideologia para o conjunto da sociedade.

Nessa conjuntura, com a Proclamação da República, em 1888, temos a passagem do modelo de produção escravista para o modelo de produção capitalista, incorporando elementos desse novo modelo econômico na criação do Estado Nacional (Behring; Boschetti, 2011). No entanto, preserva os “[...] componentes conservadores, com propósitos de preservar uma ordem social sem condições materiais e morais para engendrar uma verdadeira autonomia” (Behring; Boschetti, 2011, p. 73). Desse modo, o Estado como gerenciador e executor das Políticas Sociais que atingem essa massa de trabalhadores, constitui-se como um órgão que conserva os traços das relações coloniais e de dependência à economia externa, em que culmina em uma democracia beneficiadora das classes que detêm o meio de produção. E ainda estrutura-se como excludente, classista e racista, visto que a população que compõe o público das políticas sociais é formado pelos ex-escravizados, seus descendentes, e toda a população que cresce em meio às vulnerabilidades agudizadas pelo novo e “velho” modelo societal econômico. E essa noção é externalizada na divisão social-racial-regional do trabalho, integrando o sistema político e econômico, fato é que, o público que recebe os menores salários está marcado pelo gênero, classe e etnia, afirmando o preconceito e discriminação presentes na estrutura da sociedade, agora capitalista. Nesse contexto,



[...] nem sempre os trabalhos iguais são mercadorias iguais. Ou seja, à formação do capitalismo no Brasil, foi fundamental tratar a força de trabalho como mercadorias desiguais, tendo em vista que isso incide no valor da força de trabalho e no pagamento de salários, na formação da classe trabalhadora em nosso país (SILVA, 2023, p. 11).

Em suma, de acordo com Silva (2023), no capitalismo dependente, houve a articulação de estruturas modernas e arcaicas que foram responsáveis em configurar o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, como já explanado nos parágrafos anteriores. Essa articulação se traduz no processo de modernização conservadora (Fernandes, 1975), que abarca diversos desdobramentos da influência do capital no Brasil República, desde os aspectos do mandonismo, da naturalização da subserviência e do favor, desde a não importância com o âmbito das Políticas Sociais. Posteriormente, esse processo soma-se ao marco emblemático da independência do país, que significa uma re colocação da nação no mercado externo, e constitui um reordenamento da sociedade pós Lei Áurea. Em síntese, “[...] estrutura-se um Estado que evita qualquer ruptura radical com o passado, buscando conservar traços essenciais das relações sociais coloniais e da dependência ampliada ao capital internacional” (Silva, 2023, p. 11).

A partir dessa análise é possível identificar os traços essenciais que solidificam essa formação: o aburguesamento dos senhores de escravo com o reordenamento das posições sociais e a manutenção da exploração da mão de obra escrava, traduzida em um racismo que perpassa séculos, ramificado na estrutura da sociedade. Ainda nessa conjuntura, “[...] com a universalização do trabalho livre, aposta-se numa política de imigração de europeus, mas mantendo o lucrativo negócio das empresas de tráfico de escravizado” (Silva, 2023, p. 11). Nisso, esse reposicionamento significou uma preferência de cunho racial, pela mão de obra contratada, fazendo com que, além das dificuldades enfrentadas pela não existência de direitos e uma vivência digna, os ex-escravizados formem um grande exército industrial de reserva, efetivando a desproteção social pelo Estado e reverberando futuramente no atendimento a esse público pela Política de Assistência Social. Nesse processo, compreendemos a relação dos traços hierárquicos e das disparidades raciais com a configuração das políticas sociais, legitimando todo o processo de secundarização, conservadorismo e desfinanciamento da Política Social Pública.

Ao localizar o solo que gesta a Política Social brasileira e como emerge na conjuntura do capital, agora será pontuado como surgem os primeiros marcos de Seguridade Social no Brasil, em meados do século XX, sobretudo pós Segunda Guerra Mundial onde a economia sofre um grande impacto e reverbera para a sociedade brasileira como um todo, principalmente para as Políticas financiadas pelo Estado. Nesse momento, as primeiras expressões de organização sindical começam a criar força entre os trabalhadores, com o direito de livre organização sindical e com isso, as primeiras greves. Segundo Behring e Boschetti (2011, p.104), ao analisarem a organização política da classe trabalhadora e a formação das primeiras constituições, afirma que “[...] As expressões radicalizadas da questão social num Brasil recém-saído do escravismo começavam a ser enfrentadas na forma de greves e mobilizações e também de uma parca e inócua legislação social”.

Em meados dos anos 1930, a partir da crise internacional de 1929, no Brasil, a principal repercussão foi uma “[...] mudança da correlação de forças no interior das classes dominantes, mas também trouxe consequências significativas para os trabalhadores” (Behring; Boschetti, 2011, p. 104). Significando avanços nos marcos legislativos da Política Social, como a criação da Carteira de Trabalho, a regulação dos acidentes de trabalho, aposentadorias, pensões e a instituição dos auxílios-doença, maternidade, família e

seguro-desemprego, contudo, incorporando os marcadores que caracterizam o Estado social brasileiro: focalizador, corporativo, fragmentado e restritivo.

Nesse contexto, o governo de Getúlio Vargas foi marcado por uma forte disputa de hegemonia, impulsionando profundas mudanças no Estado e na sociedade brasileira, ainda que com uma direção para o processo de modernização (conservadora), em que dentro dessa agenda do governo de Vargas, estava pendente “[...] o enfrentamento da questão social, até então vista exclusivamente como questão de polícia” (Behring; Boschetti, 2011, p. 106). Nisso, no âmbito da assistência social, criou-se a Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942, como assistência às famílias dos soldados na Segunda Guerra e instituiu-se com ela, o primeiro *damismo*, já que era coordenado pela primeira-dama, Darci Vargas, “[...] o que denota aquelas características de tutela, favor e clientelismo na relação entre Estado e sociedade no Brasil, atravessando a constituição da política social” (Behring; Boschetti, 2011, p. 108). A LBA vai se fortalecendo como instituição de caráter filantrópico e assistencialista através do apoio do setor privado e mantendo essa marca conservadora por muito tempo, onde só mudará com o advento da Constituição de 1988.

Saltando para o desenvolvimentismo do governo de Juscelino Kubitschek, cuja principal expressão foi seu Plano de Metas, a Política Social se encontrava estagnada, com uma expansão lenta e seletiva, com apenas a separação entre os Ministérios da Saúde e da Educação em 1953 e a criação de novos IAPs. Seguido para a instauração da Ditadura Militar em 1964, o solo das políticas sociais sofreu com mais uma modernização conservadora, a reconfiguração do papel do Estado na política social, que estava articulada a uma reação burguesa à crise do capital que se iniciou nos anos 1970. Caracterizada como uma crise clássica de superprodução, em que repercutiu de forma branda na sociedade do capital, causando uma onda longa recessiva e suas reverberações: taxa de inflação alta, desemprego e as contra reformas na política social e dos direitos trabalhistas.

Ao mesmo tempo, o Brasil vivia o “Milagre Brasileiro”<sup>3</sup>, com a expansão da produção em massa, mas com uma redistribuição muito restrita dos ganhos de produtividade do trabalho, levando a uma guinada na economia e ainda a supervalorização do capital estrangeiro. Concomitante, “[...] expandia-se também a cobertura da política social brasileira, conduzida de forma tecnocrática e conservadora [...]” (Behring; Boschetti, 2011, p.135). Em conjunto, era restringido os direitos civis e políticos, com prisões aos subversivos e uso da violência extrema para combater a oposição política, materializando uma época sombria na história do país e para quem a viveu. Dentro dessa conjuntura, a ditadura reconfigurou a questão social, que passou a ser enfrentada de forma repressiva e ao mesmo tempo assistencialista. Dessa forma, as Políticas Sociais foram vistas como oportunidade de aproximação com a população, buscando garantir o apoio popular e a adesão ao governo ditatorial, com a expansão e modernização dessas políticas, tendo em vista manter sob controle as forças de trabalho.

No contexto de redemocratização, o Brasil passa novamente por mudanças na sua historiografia e principalmente no que tange às Políticas Sociais, com as expressões da questão social ainda mais agudizadas, sua tendência agora era responder à crise instalada no final dos anos 1970 e o esgotamento do projeto tecnocrático e modernizador-conservador do regime ditatorial (Behring; Boschetti, 2011), e a resposta teórica encontrada pelo países de capitalismo central foi a instauração do neoliberalismo,

---

<sup>3</sup> O milagre econômico brasileiro refere-se a um período de rápido crescimento econômico que ocorreu no Brasil durante a década de 1970, especificamente entre 1968 e 1973. Esse fenômeno ficou conhecido como "milagre" devido à taxa impressionante de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nesse período.

repercutindo posteriormente aos países de economia dependente e periférica como é o caso do Brasil. A conjuntura, no entanto, pós Ditadura Militar, foi marcada por uma lenta e gradual transição para a democracia orientadas pelo conservadorismo neoliberal “[...] já em curso no nível mundial, implicando o caráter tardio da adesão brasileira ao neoliberalismo” (Behring; Boschetti, 2011, p. 138). Apesar do baixo desenvolvimento econômico no país, esse foi um período de conquistas democráticas fruto das lutas sociais, resultando na consolidação da Constituição Federal de 1988, intitulada como Constituição Cidadã, fazendo referência ao seu processo legislativo que respeitou os segmentos populares, assegurando os direitos sociais como legislação e maximizando as Políticas Sociais Públicas, elevando ao nível de Seguridade Social, o qual integram o tripé: a Previdência Social, a Saúde e a Assistência Social, destarte, sendo orientadas pela agenda neoliberal. Ou seja, “[...] se abre um novo período de inovação, delineadas na tensão entre as conquistas constitucionais asseguradas pelo forte movimento social da redemocratização e a contrarreforma neoliberal” (Behring; Boschetti, 2011, p. 143).

### **A ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA DA SEGURIDADE SOCIAL: avanços e retrocessos**

Após fazermos um intercurso da formação sócio-histórica do desenvolvimento capitalista e da configuração das Políticas Sociais no Brasil, neste momento buscaremos apreender a estruturação da política de Assistência Social brasileira até sua configuração atual. A Assistência é germinada antes de tudo como uma iniciativa caritativa, por meio da criação das Santas Casas de Misericórdia nas antigas Vilas de Santos (1543) e de São Paulo (1560), ainda no período colonial (Koga, 2006). Nessas instituições eram oferecidos serviços de cuidados à saúde, principalmente com os chamados “leprosos” e “mendigos” e o abrigo às crianças em situação de abandono na “roda dos expostos”. A relação entre pobreza, caridade e assistência vai permanecer em comunhão a partir de então, e o maior desafio da atualidade na Política de Assistência Social é a ruptura desse discurso, mesmo com a efetivação e implementação das suas diretrizes em âmbito nacional. Logo,

[...] a simbiose entre pobreza e caridade acompanha a trajetória da prática socioassistencial brasileira especialmente pelas iniciativas das organizações e sociedades piás, de misericórdia e religiosas. As relações de ajuda se dão nessa arena onde a pobreza é vista como problema das pessoas, e estas são classificadas como “necessitados”, “pobres” ou “carentes” a serem assistidos pelas ações sociais (KOGA, 2006, p. 49-50).

A pobreza vai se ramificando nas relações sociais, “colocando o ‘favor’ como mediação entre os donos do poder e os ‘despossuídos’, como moeda de garantia da própria sobrevivência e manutenção da subalternidade” (Koga, 2006, p. 50). Ou seja, o favor torna-se uma moeda de troca para a ascensão social e/ou para garantir os mínimos sociais, mantendo assim uma relação de dependência e hierarquia e, sobretudo, naturalizando a pobreza como parte fundamental da sociedade do capital. Estas relações hierárquicas tomam forma e cultuam uma espécie de “patronagem” o qual “[...] dificulta o rompimento do paradigma do favor e o reconhecimento do conflito, necessário para a construção de uma cultura do direito” (Koga, 2006, p. 50). Esse conflito se materializa com a Luta de Classes, conceito criado por Marx e Engels (2015) para explicar a relação antagônica entre as forças produtivas e as relações de produção, sendo fundamental na construção da questão social e da contrarrevolução burguesa.

Essas relações hierárquicas citadas no parágrafo anterior, dão subsídios para a concretização de um elemento alienante nesse percurso da lógica do favor e do clientelismo: a naturalização do mandonismo, da

p. 42



patronagem e principalmente da subordinação, compreendendo a reivindicação por direitos como algo imoral, impróprio e até como uma traição ou deslealdade à classe que “serve”. Nisso, “[...] pensar a construção histórica da pobreza, torna-se fundamental para compreender as dificuldades em romper com o paradigma do favor que marca a emergência da prática assistencial no Brasil [...]” (Koga, 2006, p. 50). Logo, uma das primeiras práticas assistenciais é marcada pelo caráter higienista, em que sua estratégia era permeada pela prática de limpeza urbanística, principalmente aos moldes das cidades europeias, marcando a prática assistencial como figura de limpeza e higiene das cidades, limpando-as dos “males sociais” representados pelos doentes e pobres. Assim,

[...] surgiram diversas iniciativas assistenciais brasileiras, com forte inspiração na doutrina da Igreja Católica, gerando as “obras de caridade” e contribuindo para a institucionalização das ações no campo da saúde e da educação, para além da Assistência Social. A presença da Igreja nesses campos também interfere nos processos de regulação estatal, gerando um terreno pantanoso onde é difícil a distinção de responsabilidades entre Estado e sociedade, entre o público e o privado. (KOGA, 2006, p. 50)

Seguindo esse pensamento, é dessa forma que os complexos da formação sócio-histórica da Política de Assistência Social são tecidos, por diversos emaranhados envolvendo economia, religião, raça/etnia e gênero. Revelando as contradições presentes que constituem a sociedade do capital, essa aliança entre Estado e Religião assinala a história da política e deixa até hoje marcas que são difíceis de superar. Com a instauração dos primeiros marcos assistenciais ligados à benemerência e ao favor, as práticas vão se desenvolvendo em passos lentos de acordo com a gerência governamental e sua tendência política. Nas primeiras práticas marcadas pela filantropia, após a lógica higienista, vem a filantropia “disciplinadora”, “vigiada” ou de “clientela” no Getulismo (1930-1945), contexto em que as políticas sociais começam a ser encaradas como objeto de mediação dentro do sistema capitalista, no entanto, ainda caracterizado por uma prática que visa o disciplinamento dos indivíduos e o seu enquadramento às normas da sociedade, e o entendimento de que estes são culpados por seu próprio estado de vulnerabilidade socioeconômica.

A primeira regulamentação da Assistência Social aconteceu em 1938 com a criação do Conselho Nacional de Serviço Social criado como um órgão de cooperação do Ministério da Educação e da Saúde, embora represente um avanço, o Conselho representou nesse contexto filantrópico mais um elemento de subsídio para as instituições privadas manterem seu protagonismo, “[...] o que termina por não conferir à Assistência Social o estatuto de política pública” (Koga, 2006, p. 53). No desenvolvimentismo de Kubitschek (1956-1961), a Assistência passa a ser tratada como uma filantropia partilhada e profissionalizante, ou seja, uma reatualização da proposta anterior com a criação e o fortalecimento de clubes de base, a ideia de trabalhos de grupo e o movimento comunitário, no entanto, o protagonismo das instituições privadas ainda era massivo, ainda mais com o apoio federal do reconhecimento das práticas filantrópicas, conferindo um “Certificado de Filantropia”, endossando o elo da sociedade civil, Estado e setor privado. Em que,

[...] persiste nesse regime a lógica liberal que relaciona proteção social ao direito ao trabalho formal, reforçando a individualização das responsabilidades sociais, dificultando a efetivação do caráter de política pública à Assistência Social. (KOGA, 2006, p. 53)

No contexto de regime ditatorial, a Assistência Social passa por mais uma reconfiguração na sua integração e expansão, o status de filantropia continua, como do clientelismo, no misto entre assistência e

repressão. Discutido na seção anterior, o momento significou expansão para as Políticas Sociais em geral, sobretudo na Política de Previdência, e nisso, a Política de Assistência se mantinha em status de secundarização. Os indivíduos eram tratados como “margem” da sociedade, reforçando o caráter de vigilância da pobreza, e de ajustamento à sociedade. A repressão somada a conjuntura assistencial a partir do modus operandi do estado autoritário, tratando as demandas, agora ainda mais acentuadas da Questão Social, com violência e represálias, na área da assistência, a expansão continuou lenta e gradativa, ainda ligada aos atos de assistência filantrópica guiada pelas instituições privadas.

Chegando nos anos 1980/1990, o contexto social toma um rumo em busca do progresso. Em 1988 é efetivada a Constituição Federal, efetivando os direitos civis e políticos de uma população despossuída da riqueza socialmente produzida. Essa visão progressista é fruto das contribuições das propostas de reestruturação das Políticas Sociais criadas pelo governo Sarney e que não foram implementadas, sendo incorporadas no processo constituinte e que ajudaram a definir o conceito de Seguridade Social. Portanto, o processo de redemocratização era um alívio dentro da crise econômica com seu forte conteúdo reformista e seletivo, no sentido de aderir à Constituição Políticas orientadas pelos princípios da universalização, responsabilidade pública e gestão democrática. Nesse período constituiu-se

“[...] uma Articulação Nacional de Entidades pela Mobilização Popular na Constituinte, reunindo movimentos sociais, personalidades e partidos políticos com compromissos democráticos que participaram dos grupos de trabalhos. Daí decorre, por exemplo, a introdução do conceito de seguridade social, articulando as políticas de previdência, saúde e assistência social, e dos direitos a eles vinculados, a exemplo [...] do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos e pessoas com deficiência” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 144).

Na análise das autoras, o conjunto de forças com a protagonização da luta dos trabalhadores foram decisivos para a formatação legal dos direitos sociais no Brasil, e assim, consolidada a CF/88 a partir de muita luta dos trabalhadores pelos direitos sociais e por uma Política Social Pública de qualidade, universal e democrática. Agora, as Políticas Sociais ganharam margem para contribuírem ainda mais no acesso e garantia de direitos, assim, ascendendo os grupos sociais que representam a pluralidade da classe trabalhadora. No entanto, no âmbito da Política de Assistência Social (PAS) mostra-se o vagaroso processo de tramitação entre prática assistencialista de cunho filantrópico para se elevar à condição de política pública de seguridade social, “[...] na perspectiva de superar suas características de território do clientelismo, do aleatório e do improvisado” (Behring; Boschetti, 2011, p. 144). Para Boschetti (2009), a Assistência Social, juntamente com a previdência social formam uma seguridade limitadas ao reforço das desigualdades sociais que são agudas no país, reforçando também a lógica de produção e reprodução no capitalismo, essa lógica securitária das políticas sociais atua mais na reiteração das desigualdades sociais que na sua redução.

Agora reconhecida como Política Social de responsabilidade estatal incluída no âmbito da Seguridade Social, e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em dezembro de 1993, a PAS inicia seu trânsito para um campo novo: “o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal” (PNAS, p. 32). Nisso, Koga (2006, p. 54), analisa:

[...] A promulgação da LOAS em 1993 representou um marco histórico dessa luta pela efetivação da Política de Assistência Social, embora no embate político concessões tiveram que ser realizadas a setores com concepções distintas às desses segmentos sociais.

A LOAS estabelece normas e critérios para organização da Assistência Social, que é um direito do cidadão e dever do Estado, que assegura que essa Política Social compõe a Seguridade Social, como política não contributiva, assim como passa a ser estabelecido um modelo de gestão descentralizada com a instalação dos seguintes mecanismos que vão servir como aliados à sua defesa e continuidade: os Conselhos de Assistência Social, subdivididos nas três esferas do governo (nacional, estaduais e municipais) com representantes do governo, sociedade civil e usuários; o Fundo de Assistência Social; e o Plano de Assistência Social, no mais “[...] esse aparato de mecanismos de gestão e participação colocou em cena, pela primeira vez no Brasil, a Assistência Social como direito de todos os cidadãos e dever do Estado e não simplesmente um conjunto de ações caritativas” (Koga, 2006, p. 53). Após efetivação da LOAS, a PAS tem avanços importantes a partir dos anos 2000, que envereda por um processo de debate, negociação e luta dos militantes da Política para a elaboração e definição da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, representando o segundo marco histórico na defesa dessa política no Brasil, e no ano seguinte, sua execução se destrincha a partir da criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005. Koga (2006, p. 59) complementa: “O SUAS representa a possibilidade de efetivação da proteção social básica e especial, organizando as ações cotidianas, de forma continuada ou eventual da Assistência Social no Brasil”.

Após a aprovação da PNAS em 2004 e do SUAS em 2005, o cenário dos serviços socioassistenciais e das ações públicas têm um avanço ainda mais significativo para atender o público dessas políticas. Ademais, em um campo de avanços atravessado pela entrada do ideário neoliberal no espaço político brasileiro, e então

[...] como é próprio da política pública nos quadros do capitalismo dependente na formação sócio-histórica brasileira, a política de assistência social desenvolve-se em meio à contradição que reproduz sociabilidades funcionais ao capital e, ao mesmo tempo, introduz dispositivos de afirmação de sujeitos políticos, a depender da correlação das forças políticas em confronto nas distintas conjunturas. (RAICHELLIS, 2018)

A Política de Assistência Social atua na garantia e defesa de direitos, a quem dela necessitar<sup>4</sup>, por nível de complexidade. Frente a isso, a partir da promulgação da LOAS e da efetivação da PNAS e do SUAS, implicou-se a necessidade de criar e investir em serviços e programas socioassistenciais para atender as demandas relacionadas a cada especialidade e complexidade, delimitada nos municípios de acordo com sua distribuição demográfica. Com isso, os equipamentos da PAS são desenvolvidos e pensados, subdivididos em serviços da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. O principal equipamento que particulariza a proteção básica é o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Enquanto na Proteção Especial de Média Complexidade particulariza-se com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

A defesa da Assistência Social como política pública no Brasil representa a história de luta dos movimentos sociais e acadêmicos, e sobretudo da categoria do Serviço Social, esses atores sociais protagonizaram a conquista de direitos sociais à população desassistida pelo Estado e a defesa pela classe

---

<sup>4</sup> Essa lógica encontra-se em uma Política influenciada pelo projeto neoliberal, o qual restringe e focaliza o público assistido pela PAS, configurando a concepção de seguridade social como incompatível com o trabalho. Boschetti reitera: “[...] a primazia da lógica do seguro, sobretudo nos países que não instituíram o pleno emprego, ou de quase pleno emprego, limita a lógica social e restringe a universalização da seguridade social, instituindo, muitas vezes, uma incompatibilidade entre trabalho e direitos sociais, em especial o direito à assistência social.” (Boschetti, 2009, p. 5).

trabalhadora brasileira, por uma Política Social universal, democrática e que alcance uma justiça social. Mudando a passos lentos um quadro de clientelismo, da lógica social do favor e principalmente da invisibilidade. No entanto, a conjuntura socioeconômica que constrói o campo de políticas sociais no Brasil é atravessada continuamente pelo ideário constitutivo do modo de produção capitalista, uma agenda conservadora<sup>5</sup> permeada pela posição ideológica do liberalismo, e que a partir da crise dos anos 1970 é pensado em um neoliberalismo como via de reestruturação do capital, e concomitantemente um redirecionamento dessas políticas com as inflexões do neoliberalismo, retrocedendo aos moldes iniciais de negação de direitos com a contrarreforma<sup>6</sup> do Estado, como será discutido na seção seguinte.

## O IDEÁRIO NEOLIBERAL E AS INFLEXÕES À POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Após a explanação sobre as configurações que a Política de Assistência Social no Brasil assume, ao longo da sua história recente, esta seção vai se debruçar sobre a inflexão do projeto neoliberal sobre esta política e o quanto o processo histórico está ligado à agenda conservadora das elites e do Estado burguês, em que resulta em uma ofensiva as conquistas da classe trabalhadora. A priori, para entender o contexto socioeconômico que ambienta a entrada do ideário neoliberal no Brasil, discutiremos a crise contemporânea, como sendo o fundamento desse processo reestruturador. É então que com as altas taxas de inflação e a superacumulação dos produtos, brechas foram instaladas para as críticas ao *Welfare State* (consolidado no pós Guerra), facilitando o reforço dos argumentos neoliberais em representarem uma saída do capital à crise em curso, com a prerrogativa de conquistar a livre atuação no mercado, sem a intervenção do Estado, configurando “[...] uma reação teórica ao Estado intervencionista e de bem-estar” (Behring; Boschetti, 2011, p. 125) Para entender melhor a agenda neoliberal, Anderson (1995, p. 2), afirma que a busca seria na manutenção de

[...] um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas.

Neste sentido, o discurso seria sustentado pela ideia de que “[...] a proteção social garantida pelo Estado social, por meio de políticas redistributivas, é perniciosa para o desenvolvimento econômico” (Behring; Boschetti, 2011, p. 126), se alinha com o avanço da longa e profunda recessão econômica que ambienta o solo sobre os quais os neoliberais puderam avançar. Logo após a hegemonia do neoliberalismo

<sup>5</sup> Essa agenda defende a permanência das relações sociais vigentes, incumbidos pela lógica hegemônica da supremacia dos países de capitalismo central. O conservadorismo é uma postura política que visa a manutenção da ordem vigente e “hoje, reativa-se fortemente o pensamento conservador, restaurador e defensor da ordem instituída e o pensamento reacionário que confronta valores democráticos e propõe a eliminação de direitos.” (Yazbek, 2018, p. 3).

<sup>6</sup> A ideia “reformista” compete ao conteúdo redistributivo de viés social-democrata, que “[...] ganhou sentido no debate do movimento operário socialista, ou melhor, de suas estratégias revolucionárias, sempre tendo em perspectiva melhores condições de vida e trabalho para as maiorias.” (Behring; Boschetti, 2011, p. 149). Portanto, o sentido de “reforma” utilizado pelo projeto neoliberal nos anos 1990 para se autodesignar parte de uma apropriação exitosa e equivocada, sendo que está se refere às mudanças ocorridas no chamado *Welfare State*, dessa forma, a reconfiguração do estado de bem-estar social pós crise é uma ofensiva neoliberal que propõe contrarreformas às políticas que provêm os direitos assegurados pela Constituição de 1988.



imperar nos países que vivenciaram a experiência do *Welfare State* (Europa e Estados Unidos) esse discurso contra reformista, conservador e direitista, se traduz em uma ofensiva burguesa, tratada como reestruturação produtiva, “[...] cuja característica central é a geração de um desemprego crônico e estrutural” (Behring; Boschetti, 2011, p. 124) retratada no contexto dos anos 1980, em que houve outra queda das taxas de lucro oriunda da recessão econômica dos anos 1970<sup>7</sup>. Essa resposta do capital à crise repercutiu no movimento da classe trabalhadora, causando “[...] um intenso processo de desorganização política da resistência operária e popular, [...] que, segundo a assertiva neoliberal estavam com excesso de poder e privilégios, na forma de direitos sociais” (Behring; Boschetti, 2011, p. 124).

A partir dessa reconfiguração implantada na economia e atendidas pelo Estado, a esfera social foi atingido de uma forma drástica, resultando em consequências para a classe trabalhadora, sendo estas: a superexploração da força de trabalho com o aumento da jornada de trabalho indiretamente e diretamente; as consequências claras aos direitos já conquistados; o aumento do desemprego; a destruição de postos de trabalho não qualificados; a redução dos salários devido ao aumento de mão de obra e sobretudo a redução de gastos com as políticas sociais. (Behring; Boschetti, 2011) Parafraseando Behring (2009, p. 71), no Brasil

[...] estes processos ganham configurações particulares, considerando que não tivemos situação de pleno emprego: tivemos aqui a crise do Estado desenvolvimentista, que ampliou o mercado interno de trabalho e de consumo, sem nunca chegar à sombra do pleno emprego, do pacto social-democrata e do *Welfare-State*.

Essas mesmas particularidades afiançam um Estado nacional dependente da economia externa que tem dificuldades em desenvolver políticas econômicas industriais que acompanhem o desenvolvimento global, fazendo com que seus territórios se tornem mais atrativos às investidas estrangeiras. Nesse sentido, os processos de privatização, de abertura comercial e financeira e a desregulamentação, representam algumas das medidas contrarreformistas dos governos pós abertura democrática e entrada do neoliberalismo no país, indo de encontro aos avanços legislativos conferidos em 1988, assim como analisa Behring e Boschetti (2011, p. 147), os anos “[...] de 1990 até os dias de hoje têm sido de contrarreforma do Estado e de obstaculização e/ou redirecionamento das conquistas de 1988”.

Assim, um período de grandes mudanças e conflitos foi experienciado no campo da Assistência Social durante os anos de 1995/2002, a entrada da agenda Neoliberal nos governos dos anos 2000 foi uma estratégia do capital para a superação da crise e uma inclinada política, “[...] pelo discurso fiscal ortodoxo, que converteu a Previdência Social no mais grave problema nacional, cuja reforma foi exigida como pré-requisito para o ajuste fiscal e a estabilização da economia” (Koga, p. 55). Assim, “as políticas sociais entram, neste cenário, caracterizadas como: paternalistas, geradoras de desequilíbrio, custo excessivo do trabalho, e de preferência, devem ser acessadas via mercado, transformando-as em serviços privados” (Behring, 2009, p. 76). Nessa mesma perspectiva, é evidente que quanto maior a ofensiva neoliberal mais as políticas estatais se privatizam, no que os serviços, os benefícios e os programas sociais deixam de ser direito para se tornarem um produto a ser consumido. Soma-se, a este cenário, à tendência à desresponsabilização e o não financiamento da proteção social, que deveria ser ofertado pelo Estado, sendo configurado como Estado Mínimo para o social e máximo para o capital (Behring, 2006).

<sup>7</sup> “O que ocorreu em 1974-1975, na verdade, foi uma crise clássica de superprodução, se observadas as tendências de longo prazo fundadas na lei do valor.” (Behring; Boschetti, 2011, p. 116)



Dito isso, na área assistencial, a tendência universalista da lógica social deveria ser reformulada, redirecionando aos primórdios das práticas assistenciais com o atendimento focalizado à população mais vulnerável economicamente, a partir da sistematização dos territórios, através de programas de concessão de benefícios por organizações da sociedade civil, reforçando a lógica do favor, da benemerência e do clientelismo discutidos na primeira seção. A agenda reformista de Fernando Henrique Cardoso fez com que a área assistencial fosse revertida à focalização com âmbito filantrópico, com o exemplo da criação do serviço “Comunidade Solidária”, protagonizando mais uma categoria do processo histórico da política social brasileira: o primeiro damismo, o qual teria o comando da esposa do presidente, com as intenções de propor uma nova relação solidária com a sociedade, desresponsabilizando o poder público da execução e gerenciamento das Políticas Sociais. Sendo, portanto, uma

[...] opção neoliberal que fez retroceder ao invés de avançar o pacto pelos direitos sociais. Pior ainda, colocou à frente do processo pós-ditadura militar, voltado para democratização da gestão pública estatal, um simbolismo que tudo tinha continuidade com o conservadorismo: a primeira-dama. A gestão FHC foi na Assistência Social um mix de conservadorismo e modernidade neoliberal, que impediu o desenvolvimento da cultura política de política social e de direitos sociais para a assistência social (KOGA, 2006, p. 55).

Esses redirecionamentos são mais uma afirmativa de que o compromisso do Estado nacional é com a agenda neoliberal. Assim, cumprindo com as medidas austeras de focalização das ações, e estímulo a fundos sociais de emergência, que ofereceram programas compensatórios de transferência de renda como esse e outros que foram criados e implementados (BPC-1988; Bolsa Família-2003; Auxílio Emergencial-2020) ao longo da construção sócio-histórica das políticas sociais no Brasil neoliberal. Com isso, foi possível promover a “[...] mobilização da solidariedade individual e voluntária das organizações filantrópicas e organizações não governamentais prestadoras de serviços de atendimento (Behring, 2009, p. 77). Somado à “[...] emersão de uma espécie de clientelismo (pós) moderno ou neocorporativismo [...]” (Behring, 2009, p. 77). Atribuindo, assim, à sociedade o código domesticador do favor (Koga, 2006), rivalizando-a e provocando o próprio estranhamento da classe trabalhadora com a distribuição e disputa dos ínfimos recursos públicos para as ações focalizadas, e as condicionalidades para inclusão nos benefícios e programas sociais, caracterizando assim a PAS nessa conjuntura. Apesar dos avanços na Constituinte de 1988,

[...] foram também inscritas no texto constitucional, produto de uma correlação de forças desfavorável, [...] orientações que deram sustentação ao conservantismo no campo da política social. Exemplo disso é a contraditória convivência entre universalização e seletividade, bem como o suporte legal ao setor privado, em que pese a caracterização de dever do Estado para algumas políticas” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 145).

Só então a partir do ano de 2003, quando governos de cunho social-progressista assumem o poder, é que essa lógica de reforço ao tratamento de pobreza como marco decisório das políticas sociais ganha novos condicionantes, abrindo espaço para uma discussão voltada para os princípios constitucionais da Ordem Social de 1988. Entretanto, ainda com medidas voltadas para o favorecimento da classe dominante, aderindo à agenda neoliberal em muitas decisões governamentais (principalmente do ajuste fiscal). Fazendo com que instigue a lógica da focalização no campo da Assistência social, corroborando com a caracterização da Política nesse ideário, em que reforça a “[...] tradicional visão de uma ‘política dirigida para os pobres’, transformando-a em uma política social da pobreza, embora como política pública sua

p. 48

perspectiva seja universalizante” (Koga, 2006, p. 56). Fazendo com que as gestões do PT e Lula sejam caracterizadas como governos neodesenvolvimentistas, em que: “[...] o papel do Estado “neodesenvolvimentista” é regular e impulsionar de forma eficiente o crescimento econômico com inclusão social” (Silva, 2013).

A criação do Ministério de Assistência Social em 2003 (e que só permanece por um ano com essa nomenclatura) “[...] inaugura uma possibilidade de concretização da Assistência Social como política pública” (Koga, 2006, p. 60) Posteriormente, é transferido como Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que atualmente, no ano de 2024, e no terceiro governo de Lula permanece, fazendo com que essa mudança revele o caráter fragmentado que caracteriza a Política de Assistência social no país. Nisso, Silva (2013, p. 17), faz uma análise clara sobre esse contexto, afirmando que

[...] essa política social pública descaracteriza seus usuários da condição de trabalhadores e os caracteriza, apenas, como extremamente pobres [...]. Essa equalização da pobreza entre os próprios trabalhadores, salvaguardando a riqueza do conflito pela sua repartição, é, no reverso contraditório dos atuais avanços da Assistência Social brasileira, a principal funcionalidade que se impõe a essa política social, para que atenda às requisições da expansão capitalista.

Após o golpe institucional e midiático sofrido pela ex-presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), acende no Brasil o retorno da extrema direita com um neoliberalismo ainda mais contundente e conservador, dando início a era de uma nova configuração do ideário neoliberal: o ultra neoliberalismo<sup>8</sup>, ainda mais radical e com ofensivas conservadoras intensas, principalmente no cenário das políticas sociais e dos direitos sociais. Para Netto (2009), diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da questão social, analisando esse argumento, realiza-se a compreensão das reverberações para o cenário político, econômico e social pós-impeachment da então presidenta eleita democraticamente, Dilma Rousseff. Com a ascensão da ofensiva ultraneoliberal na conjuntura nacional, a qual impulsiona a posição de destaque do ultra neoliberalismo nos governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022), nisso, o ambiente das políticas sociais se vê mais uma vez em cenário de instabilidade quanto sua defesa, no alto do desfinanciamento e das ameaças dos direitos da classe trabalhadora. Corroborando para uma forte secundarização da Política de Assistência Social e o não cumprimento das suas especificidades e princípios regidos pela NOB/SUAS, a PNAS e a LOAS.

Com a ascensão de Michel Temer à Presidência da República a proposta ultraneoliberal se torna explícita e na sua possibilidade e concretude: a adoção e implementação de medidas neoliberais para superação da crise. Como a implementação de reformas na legislação e contingenciamento de gastos para as políticas sociais, provocando uma onda de prejuízos para manutenção do sistema de proteção social, nos seus diversos eixos, promoção, defesa e controle. Ameaçando severamente a garantia e custeamento das políticas sociais que lidam diretamente com as expressões agudas das relações sociais que atravessam as contradições da realidade posta. Além das contra reformas no regime fiscal, o âmagu conservador faz-se presente na elaboração de projetos e programas direcionados à Política de Assistência Social, dando ênfase

---

<sup>8</sup> Entendemos por ultra neoliberalismo essa mais recente forma do neoliberalismo, que não se resume ao Brasil, pois pode ser observada em vários países no mundo. A maioria dos autores do campo crítico, adotando ou não esse termo, concordam que o neoliberalismo sofre uma inflexão que aprofunda seus pressupostos, como consequência da crise financeira de 2008. Apesar de a crise ser centralmente das atividades do setor privado financeiro, e fazer parte de um momento estrutural de crise do capital que se arrasta por décadas, ela foi apresentada, mais uma vez, como uma crise do Estado, que de fato, absorve os prejuízos do capital por meio de fundo público (Behring; Cislighi; Souza, 2020). O ultra neoliberalismo tem como características principais o desfinanciamento das políticas sociais, o conservadorismo como política ideológica e a ultra investida nos processos bancários.

na regressão à política do favor e do primeiro-damismo que permeiam a sociedade política partidária em cenário nacional, estadual e municipal, exemplo disso é a criação do Programa Criança Feliz. Nessa conjuntura de redução de direitos em curso, temos a atual Emenda Constitucional nº 95/2016 aprovada e instituída, que representa uma ameaça contundente no contexto das políticas públicas, significando proposições sobre o Teto de Gastos e o congelamento das verbas do âmbito social durante 20 anos. Para essa discussão, Oliveira faz um recorte desse momento em sua análise, afirmando que

[...] apesar de muita resistência, com levantes populares contrários a essa medida, a mesma vem impondo, atualmente, uma série de limites às políticas sociais. A tendência de acentuados e imediatos cortes de gastos é defendida, em diversas partes da proposta do governo (2019, p. 277).

Instaurada no ano de 2020, “[...] a pandemia mundial do coronavírus é imediatamente caracterizada pelo adoecimento e morte de milhões de pessoas, configurando-se como uma catástrofe humanitária” (Mota, 2021, p. 50). Reverberando numa crise sanitária, na junção das crises econômica e social, para o país. Para situar o contexto da pandemia no recorte da Política de Assistência Social, é necessário ter claro que as implicações causadas por este contexto às políticas sociais são na verdade uma reverberação nociva do *modus operandi* do capital em razão das expressões imbricadas por suas crises. Em face do avanço do recrudescimento do conservadorismo societal, o governo de Bolsonaro demonstrou nesse contexto pandêmico, seu caráter contrarreformista, negacionista e ultraneoliberal, impulsionando o desfinanciamento de políticas sociais, a aprovação da Contrarreforma da Previdência, que atinge diretamente os direitos da classe trabalhadora, assim como o incentivo de discursos movidos à *fake news* e de negação à efetividade da ciência. Nisso, os capitalistas encontraram na pandemia um solo fértil para espriar as diretrizes do programa ultraneoliberal desse governo, revertendo em soluções lucrativas para os grandes capitais e em consequências nocivas para a classe subalterna (Mota, 2021). Os efeitos desse processo

[...] no cotidiano das classes subalternas são o aumento da pobreza, da fome e precarização do trabalho, em suas particulares expressões de classe, gênero, raça, etnia, sexualidade e geração. A pauperização das classes trabalhadoras avança, mediante a inexistência de renda e a carestia dos preços dos alimentos, num ambiente de supressão de direitos e meios de subsistência. Presencia-se a redução de benefícios sociais, a insuficiência dos auxílios financeiros emergenciais e a dificuldade de acesso às políticas de seguridade social, ao tempo em que circulam apelos às práticas voluntaristas, religiosas e empresariais (2021, p. 53).

Em suma, foi assim que o conteúdo ultraneoliberal encontrou brechas para se articular nas linhas históricas do processo de formação social brasileiro e no atual momento político e econômico do Brasil, indo de encontro ao conservadorismo que é próprio do desenvolvimento da PAS na conjuntura neoliberal. Somado a isso, encontra-se a naturalização do código domesticador do favor, as relações hierárquicas de poder e a aproximação com os aparelhos privados de hegemonia, que oferecem como forma de apaziguamento das classes, as práticas de cunho filantrópicos, significando também a reiteração da dependência do Estado social às grandes empresas. Nisso, o objetivo é claro quanto a sua direção: “[...] tornar subjetiva a objetividade das exigências do capital e da burguesia na implementação de medidas necessárias aos seus modos de operarem” (Mota, 2021, p. 54) no enfrentamento das expressões da Questão Social que se agudizaram nesse contexto de crise sanitária e de recrudescimento do conservadorismo societal. Ou seja, vê-se o tratamento dos direitos sociais pela elite burguesa compreendidos como

privilégios da classe trabalhadora, excluindo todo o processo de luta vivido para a conquista de uma vida digna e da aproximação com a justiça social.

### Considerações Finais

A elaboração desse trabalho foi no sentido de apresentar a construção sócio-histórica da Política de Assistência Social e como ela está intimamente ligada ao processo de formação social do Brasil e a implantação do capitalismo e da agenda neoliberal, reverberando para a materialização da Política de Assistência Social. Recapitulando, as políticas sociais ganham margem para contribuírem ainda mais no acesso e garantia de direitos desde a legislação social de 1988, ascendendo os grupos sociais que representam a pluralidade da classe trabalhadora. Dessa forma, fundamentando um arcabouço legal para lidar com as expressões que surgem do modelo societário do capital, o qual essa garantia de direitos e a formulação de políticas sociais confrontam diretamente com as contradições necessárias para implementação do capitalismo e seu funcionamento lucrativo.

Mostramos o desinteresse do Estado burguês quanto ao enfrentamento do ciclo da pobreza e a redução das expressões da Questão Social, que é ilustrada pelo sistema econômico neoliberal. E a preocupação em explanar acerca do permanente e gradual desmonte da seguridade social, em que contém um nítido sentido político de desestruturação, somado a diversos caminhos e ofensivas oferecidos pela hegemonia neoliberal, em que o desmonte se caracteriza tanto pela desconfiguração dos direitos previstos constitucionalmente, tanto pela “fragilização dos espaços de participação e controle democrático previstos na Constituição, como Conselhos e Conferências” (Boschetti, 2009, p. 13). É com o desmonte via orçamento, que atribui à Assistência Social uma das mais perversas formas de precarização e sucateamento da Política que o neoliberalismo pode impor. Consequências essas que serão direcionadas diretamente à vida do trabalhador brasileiro, assim como à população que vive na vulnerabilidade econômica e desigualdade social sendo beneficiárias dos programas de transferência de renda, que reduzem a vulnerabilidade que é gerada pela estrutura do modo de produção capitalista. As ofensivas de desmonte atingem também os serviços da PAS criados para atender a alta incidência de desproteção social, seja básica ou alta que constituem uma grande porcentagem de cobertura nos municípios brasileiros, seja na sua execução como na sua continuação.

Dessa forma, com o avanço da ofensiva conservadora no poder e na sociedade civil brasileira, a legitimidade da Política Social e dos direitos da classe trabalhadora entram em campo de instabilidade da sua defesa. Pois, visto que, o Estado neoliberal atua pela via do capital, a população que permeia essa conjuntura se vê exposta à secundarização, à seletividade, à desresponsabilização do governo e ao sucateamento no tratamento quanto às suas vulnerabilidades e direitos. Para registrar o agravamento do desmonte, foi analisada a tomada de poder pela extrema direita em 2016 que redirecionou novamente as intencionalidades da Política de Assistência Social, com a gerência de sua operacionalização influenciada pelo ideário ultraneoliberal e o recrudescimento do conservadorismo imperando na nova conjuntura político-social brasileira. Com isso, a Política regressa ao fundamentalismo religioso como objeto de condução dos programas, projetos e das próprias instituições que oferecem os serviços socioassistenciais. Traduzindo-se em um ponto negativo no modo em que a Política de Assistência Social vem sendo gerenciada e discutida dentro do território, sendo esta, a ramificação da construção fundante do projeto societário vigente e do caráter de desmonte das políticas sociais na conjuntura brasileira.

Todo esse recorte foi necessário para compreender como a materialidade da Política se dá no território da atual conjuntura política e econômica do país pós pandemia e ofensiva da extrema direita, e como essas tendências repercutem na atuação dos trabalhadores do SUAS após o alastramento do conservadorismo no âmbito social provocado por essas expressões da realidade. Diante disso, foi possível identificar na Disciplina de Estágio Obrigatório realizado em um dos CREAS de Campina Grande (PB), que as reverberações da totalidade se expressam no fazer profissional e no modo de condução dos direitos e dos serviços assistenciais, possibilitando o retorno às práticas do favor e da negação de direito, potencializados pelo conservadorismo societal que é o âmago da formação do solo histórico da Política aqui discutida.

## Referências

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: ANDERSON, Perry *et al.* **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. cap. I, p. 1-13. ISBN 8521901208.

BEHRING, Elaine Rossetti. Expressões políticas da crise e as novas configurações do Estado e da Sociedade Civil. In: ABEPSS (Brasil). CFESS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS, 2009. cap. 1.3, p. 69-87. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/elaine-behring-201608200502412432680.pdf>. Acesso em: 22 out. 2024.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 1. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2006. 212 p. v. 2. ISBN 978-85-249-2445-3.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2011. 212 p. v. 2. ISBN 978-85-249-1259-7.

BEHRING, Elaine Rossetti; CISLAGHI, Juliana Fiúza; SOUZA, Giselle. Ultraneoliberalismo e bolsonarismo: Impactos sobre o orçamento público e a política social. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de; FREIRE, Silene de Moraes(org.). **Políticas Sociais e Ultraneoliberalismo**. 1. ed. Uberlândia-MG: Navegando, 2020. cap. 1, p. 103-122. ISBN 978-65-86678-20-8-0. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-pol%C3%ADticas-sociais-e-ultraneol>. Acesso em: 22 abr. 2023.

BEHRING, Elaine Rossetti. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 16., 2018, Vitória-ES. **Anais [...]**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2018. 19 p. Tema: Neoliberalismo, Ajuste Fiscal Permanente e Contrarreformas no Brasil da Redemocratização. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/issue/view/938>. Acesso em: 2 jun. 2023.

BOSCHETTI, Ivanete. Assistência Social e Trabalho: Direitos (In)Compatíveis?. In: BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social no Brasil: Um Direito entre Originalidade e Conservadorismo**. 2. ed. Brasília: [s. n.], 2001. cap. 1, p. 59-96. ISBN 85-902331-1-1

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**, São Paulo, p. 1-16, 2009. Disponível em: <https://portalidea.com.br/revista/assiste-social/5c0ecd6e9f622631979427c5a5a.pdf>. Acesso em: 16 out. 2024.



BOSCHETTI, Ivanete; TEIXEIRA, Sandra Oliveira. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 16., 2018, Vitória-ES. **Anais [...]**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2018. 19 p. Tema: O Fardo do Radical Ajuste Fiscal para a Classe Trabalhadora sob a Ótica das Despesas do Orçamento da Seguridade Social. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/issue/view/938>. Acesso em: 2 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 de dezembro de 1993

BRASÍLIA, [Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome](#). **Política Nacional de Assistência Social/PNAS**. Brasília, 2004.

BRASÍLIA, [Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome](#). **Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília, 2005.

Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 16., 2018, Vitória-ES.

DESLANDES, Suely Ferreira. A construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al.* **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. cap. II, p. 31-50. ISBN 85.32.1145-1.

DEGENSZAJN, Raquel Raichelis; COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita. O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: apresentando a pesquisa, problematizando a política social. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís- MA, ano 2012, n. Especial, p. 453-460, outubro de 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321131651049>. Acesso em: 23 abr. 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2003.

JACCOUD, Luciana; BICHR, Renata; MESQUITA, Ana Cleusa. O SUAS NA PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: Transformações recentes e perspectivas. **CEBRAP**, São Paulo, p. 1-17, 10 jul. 2017. DOI <https://doi.org/10.25091/S0101-3300201700020003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/Vkv7r47xGw7Hd6XmZdh7HfL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 out. 2024.

KOGA, Dirce. A Política de Assistência Social no Brasil: a Assistência Social como política de proteção social. **Participação Popular nas Políticas Públicas**, [s. l.], p. 1-14, 2006.

MEDEIROS, Ana Hortência de Azevedo. In: Seminário Internacional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família: atravessamentos do neoliberalismo nas políticas públicas no contexto pandêmico, V., 2021. Plataforma Zoom. **Anais [...]**. Universidade Estadual da Paraíba, 12 p. Tema: Ultraneoliberalismo x Bolsonarismo: inflexões sobre a política de assistência social nos dias atuais. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/anais/sipinf/assets/edicoes/2021/artigo/36.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.

MENDES, Karlla Stricker; AMICUCCI, Eliane Menezes. Seguridade Social Na Atual Conjuntura. **IX JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, São Luís, Maranhão, p. 1-9, 7 jan. 2019. Disponível em: [https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho\\_submissaoId\\_553\\_5535cbcb5e6935ad.pdf](https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_553_5535cbcb5e6935ad.pdf). Acesso em: 20 out. 2024.

MOTA, Ana Elizabete. Crise sanitária, políticas públicas e sociabilidade: desafios ao Serviço Social brasileiro. **Diálogos Do Cotidiano- Assistente Social**: reflexões sobre o trabalho profissional, Brasília, DF, v. 1, p. 49-65, 1 jan. 2021. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/12021Cfess-DialogosDoCotidianoVol1-Site.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2024.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/netto-201804131301011456100.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2023.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 130 p. v. 1. ISBN 85-249-1258-8.

PEREIRA, João Junior Bonfim Joia; FRANCIOLI, Fatima Aparecida de Souza. Materialismo histórico-dialético: contribuições para a teoria histórico-cultural e a pedagogia histórico-crítica. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, ano 2011, v. 3, n. 2, p. 93-101, dez. 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/Ana/Downloads/9456-Texto%20do%20artigo%20ou%20resenha-26565-1-10-20140218.pdf>. Acesso em: 16 maio 2023

PIZZANI, L. et al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. RDBCI: **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 10, n. 2, p. 53–66, jul./dez, 2012

SANTOS, et al. Os impactos das reformas no “governo Temer” para as políticas sociais. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICAS SOCIAIS, 2., 2017, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. p.1-10. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/180129/103\\_00436.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/180129/103_00436.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 6 jun. 2023.

SANTOS, Josiane Soares. Particularidades da “questão social” no Brasil: elementos para o debate. 2010. **Temas & Matizes**, Cascavel, PR, v.9, n.17, p.125-150, jan./jul. 2010. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temasematizes/article/view/4707>. Acesso em: 06 jun. 2023.

SILVA, Flávio José Souza. CAPITALISMO DEPENDENTE E A “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL: racismo e desigualdades regionais como determinações estruturais. **Saberes**, Caicó, RN, v. 23, ed. 03, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/35267/18289>. Acesso em: 8 out. 2024.

SILVA, Gabriele Ponciano da. HEGEMONIA NEOLIBERAL NO BRASIL: IMPLICAÇÕES PARA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Temporalis**, Brasília, ano 20, ed. 39, p. 57-69, 2020. DOI 10.22422/temporalis.2020v20n39p57-69. Disponível em: [file:///C:/Users/Ana/Downloads/ekeys,+6+ART+28657+HEGEMONIA+NEOLIBERAL+NO+BRASIL+IMPLICA%C3%87%C3%95ES+PARA+POL%C3%8DTICA+DE+ASSIST%C3%8ANCIA+SOCIAL+\(p.+57-69\).pdf](file:///C:/Users/Ana/Downloads/ekeys,+6+ART+28657+HEGEMONIA+NEOLIBERAL+NO+BRASIL+IMPLICA%C3%87%C3%95ES+PARA+POL%C3%8DTICA+DE+ASSIST%C3%8ANCIA+SOCIAL+(p.+57-69).pdf). Acesso em: 8 nov. 2024.

SILVA, Sheyla Suely de Souza. Contradições da Assistência Social no governo “neodesenvolvimentista” e suas funcionalidades ao capital. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ed. 113, p. 86-105, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/sxjzP6hJc9P9hcjw8qGjMbr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2024.